ALÉM DA IMAGINAÇÃO

O desconcertante reino da mentira

RUY FABIANO
Da Editoria de Opinião

Não é de hoje que a mentira incorporou-se aos usos e costumes da política brasileira. É possível que o fenômeno não seja apenas nacional. Mas é certo que, entre nós, há um dado peculiar: de tanto ser utilizada, a mentira perdeu sua sofisticação e, ao invés de encobrir verdades, acabou, ao contrário, transformando-se em sua melhor sinalizadora. Basta, de um modo geral, inverter as declarações dos políticos.

Um exemplo: quando o governador de São Paulo, Orestes Quércia, jura que não será candidato à Presidência da República e que torce pela vitória do **doutor** Ulysses, não está exatamente convencendo a ninguém. Apenas consolida a convicção geral de que é candidatíssimo, deixando no ar, talvez, uma indagação: "Qual é a jogada?".

A mentira, no jogo político nacional, perdeu não apenas sua função clássica — deixou também de ser um delito. É hoje, mais que nunca, um instrumento de ação política, pragmático, adotado do mais baixo ao mais alto escalão, sem maior constrangimento por parte de quem o aciona e sem maior espanto por parte de quem o recebe.

A crise brasileira hoje se manifesta em duas principais vertentes — a política e a econômica. E é fruto de duas mentiras. Na área política, o engodo chama-se PMDB, que só está no poder quando há aplausos ou empregos a recolher. Na hora das vaias, se diz oposição. Na área econômica, colhem-se os frutos (podres) de uma monumental mentira: o Plano Cruzado.

Como pano de fundo, uma Constituinte que diariamente jura a si mesma que trabalha, livre e soberanamente, pelos superiores interesses da maioria da Nação.

O poeta Mário Quintana diz que "a mentira é uma verdade que se esqueceu de acontecer". No quadro político brasileiro, ela acontece todo o dia.

Na política

A verdade do quadro político brasileiro, apesar de todas as mentiras que buscam encobri-lo, não chega a constituir mistério para o público. Discute-se a duração do mandato do presidente Sarney por razões diferentes das que habitualmente são transmitidas.

O presidente, que luta pelos cinco anos e não deixa de sonhar com os seis, diz que não tem ambições e que, pessoalmente, prefere o mandato de quatro anos. Logo após a aprovação, pela Comissão de Sistematização, do mandato de quatro anos, foi categórico: "Aceito o resultado e considero-o irreversível. O povo quer eleições e a Constituinte não vai contrariá-lo". Verdade ou mentira?

Na prática, o presidente deflarou um processo de pressão política sobre os constituintes, tendo como armas irresistíveis a caneta e o **Diário Oficial**. Na base do "aos amigos tudo, aos inimigos os rigores da lei", o presidente entregou sua articulação política à fidalguia do ministro Antonio Carlos Magalhães. O objetivo: o mandato de cinco anos.

Na outra ponta da linha, o PMDB progressista e os partidos de oposição. Eles insistem nas diretas já por razões distintas. Os oposicionistas, por motivos óbvios: a precipitação da sucessão, especialmente estando o Governo sob um formidável desgate diante da opinião pública, é a chamada sopa no mel.

Quanto ao PMDB progressista (ou **histórico**), habituado ao aplauso fácil dos palanques oposicionistas, não consegue acostumar-se à trilha sonora das vaias. Que fazer então? Sair do Governo, óbvio. Como, porém, fazê-lo tão subitamente, sem uma explicação convincente? Ora, mentindo.

Diz o senador Fernando Henrique Cardoso, um dos mentores do **históricos** peemedebistas:

— O programa do PMDB jamais foi posto em prática pelo Governo. E o partido não pode pagar esse ônus. Deve dizer isso à sociedade e deixar o Governo.

Não é verdade, óbvio, que o programa do PMDB jamais tenha sido aplicado no Governo. Muito ao contrário. O mais formidável desastre do Governo Sarney inspirou-se no programa econômico do PMDB, concebido pelos economistas paulistas adeptos da heterodoxia, que conceberam e aplicaram o Plano Cruzado. O PFL tentou contracenar o evento, mas foi excluído.

Moreira, aliás, especialmente. Derrotou na última eleição o brizolismo, em sua mais forte base, o Rio. E a arma de que se valeu foi tão-somente a do Plano Cruzado, proclamando, aos quatro ventos, que Brizola ficara do outro lado. Hoje, Moreira, que já defendeu os seis e os cinco anos, quer mandato de quatro anos e um PMDB desvinculado do Governo. A acrobacia, certamente, não lhe custou muito esforço. Afinal, há uma década, ele alinhava-se com os comunistas da então chamada **linha chinesa**, adeptos da luta armada como estratégia para conquistar o poder no Brasil. Com uma velocidade impressionante, estaria, em 82, na outra ponta da linha, no PDS do general Figueiredo, disputando o Governo do Rio. Hoje, proclama-se peemedebista **histórico**.

Moreira

Ermírio

Newton Cruz

O PFL, o ex-parceiro do PMDB (numa interessantíssima mentira política), procura não fazer feio. Vai mentindo como pode. Seu líder no Senado, Carlos Chiarelli, que, ao tempo em que sonhava em ser ministro da Previdência, defendia o presidente Sarney de maneira intransigente, hoje o critica. Já quis os seis anos; hoje, quer os quatro. Defende a saída do PFL do Governo, mas quando então o ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, mexeu em interesses fisiológicos do partido, enfureceu-se na defesa desses interesses.

O senador Marco Maciel, que já defendeu, enquanto ministro, os seis anos, hoje quer quatro. Diz que não é candidato, mas é — e aceita inclusive ser vice. Diz que apóia o seu correligionário Aureliano Chaves, mas não apóia. Articula, ao contrário, aliança com Brizola, cujo sentido ainda não foi inteiramente captado pela simples razão de que possivelmente não faz sentido algum. É só mais uma mentira.

Considerando-se as limitações do partido, até que os pefelistas não decepcionam. Em alguns momentos, até se igualam aos virtuoses peemedebistas na fascinante arte de mentir.

CENTRÃO

A grande novidade do quadro político brasileiro é uma mentira: o Centrão. E a mentira está no próprio nome. O Centrão é, na verdade, a trincheira que, meio às pressas, a direita providenciou para reagir à ação eficaz das esquerdas e do centro dentro da Constituinte. Não há maiores problemas em se estar politicamente à direita. No chamado mundo civilizado, respeitáveis intelectuais e políticos proclamam-se direitistas.

No **faz-de-conta** brasileiro, até o general Newton Cruz se diz de centro-esquerda. O ex-ministro Delfim Netto, no Governo Figueiredo, classificava-se de "socialista fabiano". Insuperável, porém, era o próprio Figueiredo. Jurava detestar o poder (contava, inclusive, que marcava com riscos de facão na baia de seu cavalo os dias que faltavam para deixar o poder). Entretanto, conspirou para prorrogar o próprio mandato. Hoje é candidato à Presidência.

PRESIDENCIÁVEIS

"Essa história de Presidência da República, como todos sabem, nunca me passou pela cabeça. Vocês é que inventam isso. Eu não vou além dos meus chinelos". A declaração, em tom de absoluta e comovente candura, é do ex-governador Leonel Brizola. Foi feita ano passado, em agosto, quando já não cuidava de outro tema que não a sucessão presidencial.

Brizola, aliás, é o mais antigo dos presidenciáveis. É candidato desde 1963, quando o **slogan** "Cunhando não é parente, Brizola pra presidente" foi pichado em diversos muros do País. Brizola, lógico, não tinha nada a ver com aquilo. Era coisa dos seus amigos, claro.

Argumentação semelhante usa hoje o empresário Antonio Ermírio de Moraes, que dirige o Grupo Votorantim, o maior conglomerado privado do País. Há alguns meses, apareceram **out-doors** em São Paulo, com apelos patéticos para que se candidatasse (coisas do tipo "Antonio Ermíro, salve-nos"etc.).

Ao ser indagado sobre o tema, ele se irrita — e não convence ninguém, pois não é suficientemente teatral para esconder que está satisfeitíssimo. Mesmo assim, a encenação prossegue: "Jamais, sob nenhuma hipótese, serei candidato a coisa alguma, muito menos à Presidência da República". E ainda: "Sirvo melhor ao meu País dirigindo minhas empresas". É possível que, ao menos nessa frase, esteja sendo fiel aos fatos.

O governador Orestes Quércia é um profissional do ramo. Semana passada, veio a público defender uma desinteressada tese: a de que os governadores (que coincidência!) não precisam desincompatibilizar-se para concorrer a outros cargos eletivos, inclusive à Presidência.

E fez questão de esclarecer, para evitar confusões:

— Não falo em causa própria, pois não sou candidato.

Claro que não. O governador gastou, tão logo a Comissão de Sistemas em publicidade. Passou a comparecer a todas as inaugurações de obras — mesmo aquelas secundaríssimas —, transformando-as em comícios. Mas, óbvio, nã é candidato. E torce pelo **doutor** Ulysses.

Na história

A **História da República**, do professor Hélio Silva, registra que, ao depor o Gabinete Ouro Preto, em 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro não imaginava estar proclamando a República. Tanto assim que gritou "Viva o Imperador", manifestação que, espertamente, o republicano Benjamin Constant cuidou de abafar, ordenando que a artilharia desse salvas de canhão, enquanto um coro de republicanos gritava "Viva a República!".

Para não ser atropelado pelos acontecimentos irreversíveis que acabara de deflagrar, Deodoro, que imaginava apenas estar resolvendo uma crise militar gerada por questões salariais, acabou se confessando um republicano desde criancinha. Todos fingiram acreditar e a República estava proclamada.

O **faz-de-conta** continuaria, ao *longo dos anos, intimamente* ligado ao processo político — ao ponto de, em certos momentos, não ser possível dissociá-los.

Em 1930, fez-se uma revolução (de mentira, óbvio) para, entre outras coisas, pôr fim à farsa eleitoral e estabelecer-se o voto universal e secreto, estendendo o direito à mulher.

Deodoro da Fonseca

Getúlio Vargas

Maravilha! — exceto, talvez, por um detalhe: não era verdade. A pretexto das cirurgias necessárias em um quadro revolucionário, estabeleceu-se, sem qualquer voto, um governo provisório — que, distraidamente, permaneceria no poder por 15 anos. Getúlio Vargas, possivelmente o político brasileiro que melhor manejou a mentira com instrumento de ação política, só deixaria o governo em 1945. Deposto, óbvio.

Sua sucessão foi, de qualquer forma, uma farsa. O general Dutra elegeu-se presidente com o apoio de Getúlio, dentro de um jogo de cartas marcadas que previa o retorno do ex-ditador ao poder. Eleito pelo povo, Vargas volta ao poder em 1950 e suicida-se em 54 para não ser novamente deposto. O getulismo só seria derrubado em 64, quando, a pretexto de salvar a democracia, os militares implantaram uma ditadura militar.

O resto é, como se diz, história. E recente o bastante para dispensar citações.

Malabaristas na arte de mudar de opinião todo dia

Dias antes do anúncio do Plano Cruzado, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, concedia entrevista ao **Jornal do Brasil** pedindo diretas presidenciais em novembro de 87. Considerava o Governo Sarney esgotado e sem condições de concluir a chamada transição. A entrevista deveria ser publicada na edição de domingo. Não foi.

Sexta-feira, 27 de fevereiro de 86, Sarney anuncia o Plano Cruzado e inverte os índices de popularidade. O povo, eufórico, vai às ruas aplaudir a ousadia do Presidente. Na véspera, o senador Fernando Henrique Cardoso pedira também diretas-já.

Surpreso, Ulysses pede ao jornal que o entrevistara para desconsiderar tudo o que dissera. A partir daquele instante, tornara-se Sarneysista criancinha. O jornal o atendeu. E Ulysses cuidou de assumir seu papel naquele processo. O senador Fernando Henrique Cardoso sumiu de circulação por uns tempos e, quando voltou, trocou juras de amor eterno com Sarney.

O PMDB assumiu a paternidade do Cruzado. Afinal, a tese da adoção de medidas heterodoxas para sanear a economia vinha sendo sustentada pelos economistas do PMDB — particularmente aqueles formados pela Universidade de Campinas. Isso, ao menos, era verdade. E, até aí, imaginava-se que não havia maiores truques.

O ministro Funaro, que entende muito pouco de economia e opôs-se à adoção do Plano, passou a posar de mentor intelectual de tudo. E de messias redentor — uma espécie de Antônio Conselheiro cosmopolita. Garantiu que o Brasil livrara-se do pesadelo inflacionário. Essa era apenas a primeira de uma série de mentiras. Disse que teríamos a inflação da Suíça com a taxa de crescimento do Japão. Prometeu não apenas que o congelamento seria eterno como, em alguns casos, os preços baixariam. Negou sistematicamente qualquer redução nas reservas cambiais do Brasil e considerou, mais de uma vez, inteiramente equacionado o problema da dívida externa. O Brasil, proclama Funaro, com o olhar vazando luz, entrava definitivamente em nova fase: "A partir de agora, não há mais espaço para os especuladores; só quem trabalha é que terá condições de prosperar".

Não era um discurso isolado. Sarney e o PMDB repetiam, à exaust-ao, a mesma retórica do ministro-redentor. E o PMDB venceu esmagadoramente, quase unanimemente, as eleições.

De lá para cá, a crise. O ministro Bresser Pereira assumiu garantindo que tinha a fórmula para sanear a economia. Não tinha. Considerava o déficit público desimportante e prometia não penalizar o trabalhador. O Plano Bresser patrocinou o maior arrocho salarial da história recente do País, sem conseguir deter a espiral inflacionária.

No campo da dívida externa, Bresser foi incomparável. Mais de uma vez, veio a público garantir que o acordo com os credores estava selado. Numa dessas vezes, foi desmentido, em nota oficial, pelos próprios credores, quando ainda se encontrava diante das câmaras de TV, em Washington. Sorriu amarelo e tentou explicar que não tinha sido bem entendido.

Em torno do FMI, geraram-se múltiplas mentiras. A primeira, sustentada ad nauseam pelo PMDB desde o Governo Figueiredo, diz que as mazelas do País decorrem da ação daquela entidade. Não decorrem — e o PMDB está farto de saber disso. O FMI é uma espécie de clube, do qual o Brasil é sócio (fundador, aliás). Funciona como avalista dos países que recorrem a empréstimos no sistema financeiro internacional. Só que, para dar o seu aval, quer um projeto de solvência econômica do pedinte. Isto é, quer saber como irá pagar.

Sem esse aval, especialmente para um País falido como o Brasil, é impraticável buscar dinheiro novo no mercado. Não é necessário ser economista para entender isso. Entretanto, a ida ou não ida do Brasil ao FMI continua sendo debatida como se fosse um assunto consistente. Não é. Mas esta semana o governador Orestes Quércia, em tom de candidato, criticou a hipótese de retorno ao FMI, advertindo: "Se voltarmos ao Fundo, nossos problemas sociais irão se agravar". É possível, mas o Fundo não tem nada com isso.

O ministro Maílson da Nóbrega ainda não estreou no reino da mentira. Mas candidatou-se a entrar de corpo inteiro ao proclamar, no dia da posse: "Acabou a era dos pacotes".

A frase chegou a ser proferida, anos atrás, pelo grande guru de Maílson, o então ministro Delfim Netto — um malabarista incomparável na arte de contrariar a verdade. Delfim acabaria, com suas acrobacias, sendo involuntariamente claro: tudo o que dizia sabia-se que aconteceria ao contrário.

O porta-voz

O porta-voz é dentro do processo político, uma espécie de gigolô da mentira. Não estivesse ela institucionalizada, não seria ele necessário. Quando, porém, a verdade insiste em vir à tona, é necessário acioná-lo para restabelecer a normalidade dos fatos.

Nesses termos, não há dúvidas: o maior dos porta-vozes de que se tem notícia foi o diplomata (e hoje juiz do Tribunal de Contas) Carlos Átila. Coube-lhe vocalizar um governo que mudava de idéia a toda hora — o Governo Figueiredo.

Com indisfarçável ar de tédio e olheiras acentuadas, Átila explicava os pacotes do Delfim, as desastradas declarações de Figueiredo (que defendia diretas-já de manhã e mudava de opinião à tarde), a sucessão presidencial, os atentados terroristas, as mordomias e os escândalos econômicos (e sua impunidade). Não é pouco. Acabou merecendo o prêmio de consolação de ser nomeado para o TCU.

A "nova" República teve quatro porta-vozes. Hoje, a cadeira está vazia. Ninguém mais quis ocupá-la. O primeiro, Antonio Britto, hoje é deputado antigovernista. Mas estreou com a difícil missão de informar que Tancredo Neves, após sete cirurgias, passava bem. Com a morte de Tancredo, demitiu-se.

Carlos Átila

Fernando César

Fernando César Mesquita foi um porta-voz curioso: quando o que dizia (quase sempre em tom veemente e irritado) criava problemas para o presidente, esclarecia que não estava portando a voz — exprimia sua opinião pessoal. Acabou premiado com uma ilha.

Frota Neto fez o que pôde, mas não chegou a receber o prêmio por bom comportamento: foi atropelado pelo ministro Paulo Brossard, que lhe tomou a presidência da EBN. O presidente Sarney, óbvio, deu razão a Brossard.

Uma situação absolutamente rotineira num governo que, segundo o ex-ministro Affonso Camargo, não demite ninguém, "mas vai fritando o sujeito até que ele, constrangido, peça demissão".

Não é difícil entender por que a cadeira de porta-voz está vaga.

OS SINAIS TROCADOS DAS DECLARAÇÕES

(ou As Mentiras da Semana)

Fernando Milliet (presidente do Banco Central): "Acredito na possibilidade de fechamento de um acordo com os credores num prazo razoavelmente rápido".

Maílson da Nóbrega (ministro da Fazenda): "Tenho a garantia do presidente Sarney de que a execução orçamentária não será afetada pelo processo eleitoral".

Orestes Quércia (governador de São Paulo): "Não sou candidato à Presidência da República".

Ulysses Guimarães (presidente do PMDB): "Não tenho ambição de chegar à Presidência".

Mário Covas (senador e líder do PMDB na Constituinte): "Não sou candidato à Presidência".

Fernando Henrique Cardoso (líder do PMDB no Senado): "O PMDB nada tem a ver com o Governo".

Antonio Carlos Magalhães (ministro das Comunicações): "Retaliação? Não existe nenhum processo de retaliação. Se a Constituinte aprovar os cinco anos, terá sido uma decisão soberana".

Leonel Brizola (presidente do PDT): "A Presidência não me sobe à cabeça; importante é organizar o povo".

Aníbal Teixeira (ministro do Planejamento): "Estou prestigiado pelo presidente".

Presidente Sarney: "O poder nunca me seduziu".

Marco Maciel (senador e presidente do PFL): "Considero o ministro Aureliano Chaves um grande nome para a Presidência da República".